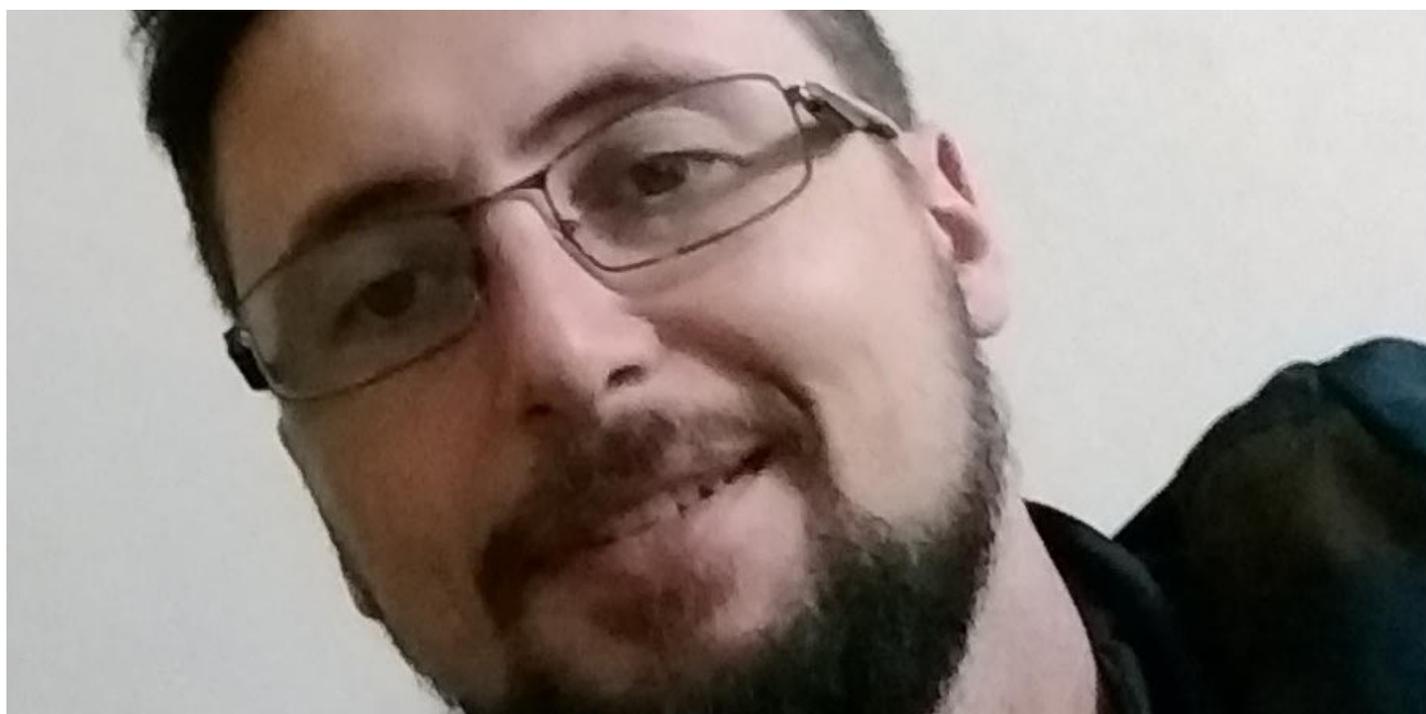


INFOhome revista diversos mercado espaço ofaj infohome tv

INFORMAÇÃO, UTOPIAS E DISTOPIAS ^{contato}

A coluna propõe reflexões sobre a informação no cotidiano e nas práticas profissionais em meio às utopias e às distopias da contemporaneidade, abordando temas em diálogo com diferentes áreas e linguagens.

Principal / Colunas / INFORMAÇÃO, UTOPIAS E DISTOPIAS /
PRÁTICAS INFORMACIONAIS EM MEIO A UTOPIAS E DISTOPIAS DA CONTEMPORANEIDADE



PRÁTICAS INFORMACIONAIS EM MEIO A UTOPIAS E DISTOPIAS DA CONTEMPORANEIDADE

Por **RODRIGO RABELLO** Novembro/2017

Como pensar as práticas informacionais em tempos de crise? Essa é uma dúvida que persiste àqueles envolvidos em profissões que têm a informação como objeto, sejam bibliotecários, arquivistas, museólogos, editores, cientistas da informação, da computação, da comunicação, professores e alunos de graduação e pós-graduação. A dúvida pode fazer parte do dia a dia da pequena parcela da população brasileira privilegiada (ALMEIDA JR., 2004), cujas práticas informacionais são realizadas por pertencer a comunidades efetiva ou potencialmente

usuárias de informação (FLUSSER, 1980) mediante aparatos tecnológicos ou sistemas ou meios formais (instituições) ou menos formais (ARAÚJO, 2017; RABELLO, 2017).

Antes de tudo, há de se perguntar quais crises enfrentamos no passado e no presente e quais delas se projetam. Em virtude da abrangência do problema e, sobretudo, das profundas desigualdades sociais existentes no Brasil, esta coluna propõe levantar mais questões do que apresentar respostas. As utopias e as distopias informacionais, nesse contexto, assumem posição estratégica como fio condutor para tais questionamentos.

Utopias e distopias informacionais

Quando se pensa em utopia, logo vem à mente algo não existente (do grego, *u* = inexistente e *topos* = lugar) e/ou impossível ou difícil de ser concretizado, por denotar fantasia, ideal, experimento (FELIPE, 1984). No âmbito coletivo, ambos os sentidos levam a um inalcançável lugar ou estado ideal em sociedades que promovem ou garantem a felicidade, oportunidades iguais de participação política e usufruto de bens sociais e econômicos mínimos para o bem estar. Enfim, algo não muito distante às cláusulas pétreas da *Constituição Federal (CF)* de 1988, como é o caso do artigo 5º (BRASIL, 1988). A *CF* formalmente remete à materialidade – por ser a lei que rege as demais no país – para a conciliação da controversa e histórica relação entre liberdade e igualdade, algo que se complementaria com o sonho iluminista da fraternidade.

A utopia para Paulo Freire está intimamente relacionada à política e ao direito, mas não às suas expressões meramente formais e idealistas, já que “[...] nem antecipa o novo modo de ser humano na sociedade a ser inventada, nem idealiza tal modo de ser” (FELIPE, 1984, p. 74), todavia tem como princípio que o “novo homem” se construirá da libertação e da conscientização. O filósofo e educador, por vezes, utilizava a expressão “inédito-viável” (FREIRE, 1992) para se referir a uma dimensão utópica ou do sonho para as mudanças sociais. Para além de simplesmente acreditar na história, a utopia freiriana tem como fundamento o “estar-se-no-mundo” mediante o conhecimento da realidade e da transformação das estruturas sociais numa projeção impulsionada pela esperança que motiva a insatisfação com a realidade e o sonho ou projeto para uma nova realidade.

A concepção freiriana, portanto, contraria a promessa utópica do progresso – ou seria distópica disfarçada de utopia? – que simplesmente desconsidera os motivos para o conflito quando se busca “apagar” do mapa as possibilidades de produção de saberes locais ou regionais ao desconsiderar ou desqualificar, por exemplo, os interesses e as visões de mundo de diferentes grupos historicamente fragilizados – indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais, pescadores, dentre outros – distintas aos valores consolidados no capitalismo antes industrial/patrimonialista e agora aprofundado, por ser, complementarmente, globalizado e financeiro. O avanço científico e tecnológico ocorrido durante o século XX se deu diante da então necessidade de criação de infraestruturas para a reconfiguração capitalista do pós-guerra.

A informação – protagonista algumas vezes interpretada como central quando nomeia a atual fase do capitalismo global, no caso, “sociedade da informação”, ora também interpretada como “pós-industrial” ou “pós-moderna” – é insumo e produto do conhecimento produzido. Ela, com efeito, pode trazer dimensões utópicas ou distópicas, respectivamente, como meio para alcançar o objetivo utópico ou quando direciona ao “não futuro” – para além do sonho humanista – numa utopia negativa ou antiutopia, caracterizada pelo totalitarismo, autoritarismo ou controle opressivo, por meio do qual as tecnologias têm sido empregadas como instrumento.

A distopia pode ser pensada quando a informação serve de meio para o “não futuro”. A juventude sem emprego ou filha do proletariado na Inglaterra em crise no final da década de 1970 – momento que antecedeu e abriu caminho para a depressão neoliberal do *thatcherismo* – ganhou voz com a banda inglesa Sex Pistols queurgia e bradava a expressão “*no future*” na música *God Save the Queen*. O estilo musical culminou no movimento juvenil de resistência estética, denominado punk. Quanto à sua dimensão distópica, o punk trouxe sentidos difusos já que a utopia, em termos políticos e ideológicos, também passou a estar presente no movimento com, por exemplo, a sua posterior identificação com o anarquismo. O movimento punk influenciou outras expressões musicais, como o pós-punk britânico, da década de 1980 (com grande carga distópica), e o grunge estadunidense, da década de 1990, dentre outras.

Já a utopia pode ser pensada quando a informação serve de meio para uma sociedade ideal. Nesse contexto, ao menos duas dimensões informacionais contemporâneas merecem destaque, ambas historicamente associadas à criação das disciplinas documentação, européia, e ciência da informação, estadunidense, consideradas complementares (LÓPEZ YEPES, 1995), embora partindo de posições teóricas e políticas distintas. Tais proposições têm, respectivamente, contribuições do advogado belga Paul Otlet e do cientista estadunidense Vannevar Bush, ambos influenciados pela demanda de organização e controle da grande quantidade de informação registrada – fruto do desenvolvimento e da especialização da ciência e da tecnologia entre os séculos XIX e primeira metade do XX – a partir da crença moderna por meio da qual o progresso social se tornaria possível mediante a ciência e a tecnologia.

Logo após conhecer Henri La Fontaine, no final do século XIX, a agenda de Paul Otlet passa a transcender àquela de cunho estritamente bibliográfico, quando assume uma postura ativista no período entre guerras, com vistas a organizar uma rede internacional numa infraestrutura – espécie de “internet” analógica centralizada no Mundaneum (nunca concretizado em Bruxelas), com o conhecimento registrado classificado e organizado, mediante as tecnologias disponíveis na época (microfilme, microficha, dentre outras) em repertórios bibliográficos – com aspirações humanistas e pacifistas (RAYWARD, 1994). Na visão utópica de Otlet, os conflitos bélicos advinham da ignorância, algo que o acesso ao conhecimento científico poderia transcender e reverter para um salto civilizacional em direção a uma cultura de paz. Pode-se dizer que a documentação, sistematizada em 1934 no *Traité de Documentation*, foi

idealizada por Otlet como um meio para alcançar seus objetivos políticos (RIEUSSET-LEMARI, 1997).

Assim que se finaliza a segunda grande guerra, o cientista estadunidense Vannevar Bush escreve, em 1945, o ensaio *As we may think* onde apresenta, logo na introdução, as dúvidas quanto ao futuro e ao papel dos cientistas que, assim como ele, participaram ativamente com a produção de conhecimento e de tecnologia durante os esforços de guerra. Ao recordar dos benefícios científicos e tecnológicos então alcançados, Bush acreditava que o progresso deveria transcender os desafios enfrentados pelos pesquisadores para apreender e memorizar a quantidade cada vez crescente de conhecimento produzido (BUSH, 1945).

Nesse sentido, haveria a necessidade de lançar mão de todos os recursos e instrumentos de que se tinha acesso para a produção de novas tecnologias. Com efeito, Bush propõe um dispositivo – o Memex – que nunca foi concretizado, mas trazia o conceito de algo similar ao microcomputador, numa versão analógica, personalizado ao cientista e que permitiria múltiplas associações – conceito próximo ao de *hiperlink* – para facilitar a aprendizagem e memorização com vistas à produção de conhecimento. Além de preconizar aquilo que viria a ser a inteligência artificial e a ciência da computação, a utilização da tecnologia para a recuperação da informação foi um aspecto associado às preocupações que remontam os primórdios da ciência da informação.

A ideia de progresso e a dimensão científica e tecnológica marcaram presença em ambas as concepções informacionais apresentadas. Para Otlet, tal pressuposto seria o meio para alcançar uma cultura de paz. No texto de Bush, o autor não atribui juízo de valor ao conflito bélico para além de comentar que na guerra “[...] todos tiveram seu papel” (BUSH, 1945), mas enfatiza que o ritmo de produção de ciência e tecnologia não deveria diminuir em função do término da contenda. Pode-se dizer que, para Otlet e para Bush, guardadas as diferenciações utópicas apontadas, a razão instrumental do conhecimento seria auto-referente para o próprio desenrolar do progresso.

Essa noção de progresso – prevista na proposição kantiana do caráter público da racionalidade – foi objeto de uma espécie de utopia negativa encarnada na crítica filosófica de frankfurtianos como Theodor Adorno e Max Horkheimer, em textos como *Dialética do esclarecimento*, ou Walter Benjamin, em textos como *Sobre o conceito de história*, para quem, em 1940, o entendimento de possibilidade de mudança social ultrapassava a ideia de progresso, tipicamente moderna, abrangendo a própria noção de civilização: “[...] nunca há um documento da cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento da barbárie.” (BENJAMIN, 2005, p. 70).

Nessa concepção, o documento da cultura, como “tecnologia”, esconde, nele próprio, a barbárie por meio da qual ele foi criado. Nessa direção, a história se forja na barbárie, cuja referência documental leva a um futuro não promissor, previsível no documento da cultura como vetor histórico. A utopia negativa, aqui, tem na tecnologia o componente referencial. A

tecnologia sempre será uma “caixa-preta” para aqueles que não dominam as técnicas de produção e/ou de funcionamento do dispositivo. A tecnologia assume, como expressão da cultura, um caráter não neutro, um instrumento de poder.

Noutras interpretações, invenções como a Word Wide Web trazem novos modos de interação e intervenção num ambiente digital e em rede, algo que tem permitido acesso a inovações tecnológicas e a bens e serviços informacionais. Para autores da tradição frankfurtiana considerados, nalguma medida, otimistas, como Jürgen Habermas, as novas tecnologias de informação e comunicação trazem possibilidades promissoras quando permitem espaços democráticos em cuja participação dos sujeitos – caso expressa com interesse comunicativo – caminha para o entendimento mútuo de dois ou mais interlocutores. Entretanto, a própria tecnologia, como expressão da ciência e da técnica, pode assumir dimensão “ideológica” (HABERMAS, 2011). Nesse contexto, a tecnologia como meio pode ser interpretada como neutra e não neutra.

Questões complementares

As dimensões não neutra e neutra da tecnologia – possíveis em abordagens informacionais utópicas e distópicas – têm trazido dilemas políticos e éticos para aqueles que utilizam tecnologia e informação no cotidiano e/ou como meio de trabalho. Neste último caso, o campo da biblioteconomia tem sido assombrado por fantasmas que, nalgumas vezes, já foram exorcizados diante das novas adequações da profissão às demandas tecnológicas e sociais, noutras situações persistem (BEAUDRY, 2012). A assombração do mundo digital e em rede sobretudo alardeada na segunda metade da década de 1990 e início de 2000, tocou a profissão com questões como o fim do livro ou das livrarias (CHABAULT, 2014), o fim da biblioteca e, por conseguinte, o fim do bibliotecário.

Outros fantasmas, como *big data* e *e-science* – respectivamente: utilização de grande massa de dados da Web para fins políticos e econômicos e/ou para comunicação científica – são uma realidade. No caso do *big data*, como pensar, por exemplo, a participação dos profissionais de informação no âmbito de empresas como a Cambridge Analytica, a quem se atribui a utilização e a modelização de dados sensíveis dos sujeitos para fins políticos e/ou econômicos? A mencionada empresa foi contratada, por exemplo, nas campanhas para a saída da Grã-Bretanha da União Européia (o denominado *Brexit*) ou para a vitória de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, ambas em 2016 (GRASSEGER; KROGERUS, 2017). Além disso, como pensar a utilização de dados por governos – como o dos Estados Unidos, conforme demonstrado pelo então funcionário da Agência de Segurança Nacional (NSA, em inglês), Edward Joseph Snowden – para a espionagem e o controle de informações de países, empresas e indivíduos?

Essa realidade, aparentemente surreal, há pouco seria considerada fruto de “teorias da conspiração”. Outras interpretações remeteriam a obras de ficção científica literária e/ou cinematográfica, como *Admirável mundo novo* (Aldous Huxley, 1931; adaptação para o cinema:

dir. Burt Brinckerhoff, 1980), *1984* (George Orwell, 1949; duas adaptações para o cinema: dir. Michael Anderson, 1956 e dir. Michael Radford, 1984), *Fahrenheit 451* (dir. François Truffaut, 1966), *Matrix* (dir. Lana Wachowski e Lilly Wachowski, 1999 e 2003) e, mais recentemente, em séries televisivas, como *Black Mirror* (vários diretores, 2011-), dentre outras obras.

Portanto, na literatura e no cinema são inúmeras as produções em que a tecnologia aparece como alternativa para a liberdade e/ou emancipação ou para o controle da informação/conhecimento e dos corpos. Questões como estas, onde ficção e realidade se confundem, demonstram como dimensões utópicas e distópicas da informação são um bom caminho para a reflexão sobre as práticas informacionais em tempos de crise.

Referências

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Profissional bibliotecário: um pacto com o excludente. In: BAPTISTA, S. G.; MUELLER, S. P. M. (Org.). *Profissional da informação: o espaço de trabalho*. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 70-86. Disponível em: <http://ofaj.com.br/espacoofajs_conteudo.php?cod=11>. Acesso em: 12 nov. 2017.

ARAÚJO, C. A. Á. O que são “práticas informacionais”? *Inf. Pauta*, v. 2, número especial, p. 217-236, out. 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/20655>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

BEAUDRY, G. *Profession bibliothécaire*. Montréal, Québec: Le Presses de l'Université de Montréal, 2012.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. In: LÖWY, M. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. São Paulo: Boitempo, 2005.

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 nov. 2017.

BUSH, V. As we may think. *The Atlantic*, n.10, July 1945. Disponível em: <<http://totalrecallbook.com/storage/As%20We%20May%20Think%20Vannevar%20Bush%20>>. Acesso em: jan. 2016.

CHABAULT, V. *Vers la fin des librairies?* Paris: La Documentation Française, 2014.

FELIPE, S. T. O conceito de utopia na proposta Paulofreireana. *Revista de Ciências Humanas*, v. 3, n. 6, p. 69-79, 1984. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/viewFile/23744/21311>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

FLUSSER, V. Uma biblioteca verdadeiramente pública. *R. Esc. Bibliotecon. UFMG*, v. 9, n. 2, p. 131-138, set. 1980. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?>

[dd0=000002888&dd1=d93b1](#)>. Acesso em: 23 jul. 2014.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Trad. Miguel S. Pereira. Lisboa: Almedina, 2005.

_____. Nietzsche, a genealogia e a história. In:_____. *Microfísica do poder*. 12.ed. Trad. Org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2002. p.15-37.

FREIRE, P. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GRASSEGGER, Hannes; KROGERUS, Mikael. Big Data: toda democracia será manipulada? *Caros Amigos*, 6 fev. 2017. [publicado originalmente no website Outras Palavras]. Disponível em: <<http://www.carosamigos.com.br/index.php/artigos-e-debates/9169-big-data-toda-democracia-sera-manipulada>>. Acesso em: 5 maio 2017.

HABERMAS, J. *Técnica e ciência como "ideologia"*. Lisboa: Ed. 70, 2011.

LÓPEZ YEPES, J. *La documentación como disciplina: teoría e historia*. 2. ed. actual. y ampl. Pamplona: EUNSA, 1995.

RABELLO, R. Sujeito e agência informacional: comportamento, prática e ação. In: GONZÁLEZ de GÓMEZ, M. N.; RABELLO, R. *Informação: agentes e intermediação*. Brasília: IBICT, 2017, p. 101-152.

RAYWARD, W. B. The case of Paul Otlet, pioneer of information science, internationalist, visionary: reflections on biography. *Journal of Librarianship and Information Science*, v. 23, p. 135-145, 1991. Disponível em: . Acesso em: 30 jul. 2006.

_____. Visions of Xanadu: Paul Otlet (1868-1944) and hipertext. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 45, n. 4, p. 235-259, may 1994.

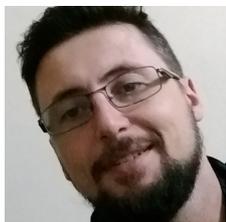
RIEUSSET-LEMARIE, I. P. Otlet´s Mundaneum and the international perspective in the history of Documentation and Information Science. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 48, n. 4, p. 301-309, 1997.



Este texto está licenciado sob Creative Commons BY 4.0 (CC-BY). Você pode copiar, distribuir, transmitir e remixar esta publicação ou partes dela, mesmo para fins comerciais, desde que cite a fonte.

tags: **Biblioteconomia** Curtir 24 Compartilhar

95 Leituras



Entre em Contato **RODRIGO RABELLO**

Professor da UnB. Formado em Biblioteconomia e doutor em Ciência da Informação pela UNESP, com pós-doutorados na mesma área pelo IBICT e pela UnB. Publicou recentemente, em co-organização com a Profa. Dra. Maria Nélida González de Gómez, o livro "Informação: agentes e intermediação" (<http://livroaberto.ibict.br/handle/123456789/1068>), coletânea editada pelo IBICT e que conta com a colaboração de autores brasileiros e espanhóis.

MAIS RECENTES



PRÁTICAS INFORMACIONAIS EM MEIO A UTOPIAS E DISTOPIAS DA CONTEMPORANEIDADE

🕒 Novembro/2017

MAIS LIDOS



PRÁTICAS INFORMACIONAIS EM MEIO A UTOPIAS E DISTOPIAS DA CONTEMPORANEIDADE

🗨️ 96 Leituras

sobre a INFOhome

O Site é mantido por Oswaldo Francisco de Almeida Junior e há 16 anos está no ar no endereço OFAJ.COM.BR...

links rápidos

COLUNAS

CURIOSIDADES

DESBASTANDO O ACERVO E OUTROS TRECOS DA
BIBLIOTECONOMIA

MERCADO

TEXTOS

ESPAÇO OFAJ

CONTATO

DESCADASTRE-SE

EXPERIÊNCIAS

GENERALIDADES

NOTÍCIAS

MEMÓRIA

INFOHOME TV

CADASTRE-SE

© Copyright 2017 InfoHome - OFAJ.COM.BR

Criado por Mexerica Brasil

